

Caderno nº 46



**CONSTRUÇÃO DE INDICADORES
DE SUSTENTABILIDADE DA JUÇARA
(*Euterpe edulis*)**

Marcelo Mendes do Amaral

. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica .



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- CAD. 01 - A QUESTÃO FUNDIÁRIA, 1ª ED./1994, 2ª ED./1997
CAD. 18 - SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1ª ED./2000, 2ª ED./2004
CAD. 28 - RPPN - RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DA MATA ATLÂNTICA, 2004
CAD. 32 - MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR DA SERRA DO MAR, 2007
CAD. 35 - RPPN - EM DESTAQUE NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA, 2008
CAD. 36 - CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PARTICIPATIVA NA MATA ATLÂNTICA, 2008
CAD. 37 - MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO JACUIPIRANGA, 2009
CAD. 40 - CONSERVAÇÃO MARINHA E ORDENAMENTO PESQUEIRO, 2011
CAD. 41 - CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA - CDB: METAS DE AICHI 2020 E PROTOCOLO DE NAGOYA (ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO USO DE RECURSOS NATURAIS), 2012
CAD. 42 - PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE GESTÃO DE MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL, 2013

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- CAD. 02 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./1995, 2ª ED./1996
CAD. 05 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1ª ED./1997, 2ª ED./2000
CAD. 06 - AVALIAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./1997, 2ª ED./2000
CAD. 09 - COMITÊS ESTADUAIS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./1998, 2ª ED./2000
CAD. 24 - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA, 2004
CAD. 25 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- CAD. 03 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./1996, 2ª ED./2000
CAD. 14 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS FLORESTAIS DEGRADADAS UTILIZANDO A SUCESSÃO E AS INTERAÇÕES PLANTA - ANIMAL, 1ª ED./1999, 2ª ED./2000
CAD. 16 - BARRA DE MAMANGUAPE, 1ª ED./1999, 2ª ED./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- CAD. 04 - PLANO DE AÇÃO PARA A MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./1996, 2ª ED./2000
CAD. 13 - DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA, 1999
CAD. 15 - MATA ATLÂNTICA: CIÊNCIA, CONSERVAÇÃO E POLÍTICAS, 1999
CAD. 21 - ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA, 1ª ED./2002, 2ª ED./2004
CAD. 23 - CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, 2003
CAD. 26 - CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2003
CAD. 27 - ÁGUAS E FLORESTAS DA MATA ATLÂNTICA: POR UMA GESTÃO INTEGRADA, 2004
CAD. 30 - CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL - NORMA NACIONAL PARA MEIOS DE HOSPEDAGEM - REQUISITOS PARA A SUSTENTABILIDADE - NIH-54 DE 2004, 2005
CAD. 33 - LEI DA MATA ATLÂNTICA - LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 388, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007, 2007
CAD. 39 - GESTÃO SUSTENTÁVEL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM MEIOS DE HOSPEDAGEM - ESTUDO DE CASO PARATY/ RJ, 2010

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- CAD. 08 - A MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA, 1998
CAD. 11 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO RIO GRANDE DO SUL, 1998
CAD. 12 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA EM PERNAMBUCO, 1998
CAD. 22 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2002
CAD. 29 - A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS, 2004

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- CAD. 07 - CARTA DE SÃO VICENTE - 1560, 1ª ED./1997, 2ª ED./2000
CAD. 10 - VIAGEM À TERRA BRASIL, 1998
CAD. 31 - BALDUÍNO RAMBO S. J. - A FISIONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2005

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- CAD. 17 - BIOPROSPECÇÃO, 2000
CAD. 20 - ÁRVORES GIGANTESCAS DA TERRA E AS MAIORES ASSINALADAS NO BRASIL, 2002
CAD. 34 - FLORESTAS URBANAS - ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATA ATLÂNTICA DE DOIS IRMÃOS, NA CIDADE DO RECIFE - PE, 2008

SÉRIE 8 - MAB-UNESCO

- CAD. 19 - RESERVAS DA BIOSFERA NA AMÉRICA LATINA, 2000
CAD. 38 - RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - FASE VI / 2009, 2009

SÉRIE 9 - CADERNOS MERCADO MATA ATLÂNTICA

- CAD. 43 - CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE DIRETRIZES PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DO PINHÃO (ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA) A PARTIR DE UMA VISÃO DA CONSERVAÇÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA E DO USO DO PINHÃO, 2014
CAD. 44 - CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA PIAÇAVA (ATALLER FUNIFERA MATUSI) NA MATA ATLÂNTICA 2015
CAD. 45 - FIBRAS DA MATA ATLÂNTICA DAS ALAGOAS - PROGRAMA MERCADO MATA ATLÂNTICA

Caderno nº 46



CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA JUÇARA (*Euterpe edulis*)

Marcelo Mendes do Amaral

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Caderno nº 46

Série: Mercado Mata Atlântica**Editor:** Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**Autor:****Marcelo Mendes do Amaral**

Engenheiro Florestal, coordenador do Programa “Mercado Mata Atlântica – RBMA” e coordenador do Projeto “Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas Pinhão, Erva-mate, Juçara e da Piaçava como estratégia de conservação e de desenvolvimento na mata atlântica” apoiado pelo FUNBIO/TFCA.

Colaboração:**Betânia Santos Fichino**

Bióloga, Assessora Técnica do Programa “Mercado Mata Atlântica - RBMA” e apoio técnico nos projetos.

Conselho Editorial: Clayton Ferreira Lino e João Lucílio de Albuquerque**Revisão:** Clayton Ferreira Lino e Luis Alberto Bucci**Diagramação:** Felipe Sleiman**Fotos:** Betânia Santos Fichino e Marcelo Mendes do Amaral e Alexandre Severo

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas - CEP 02377-000 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 2208-6080 ou (11) 2208-6084 ramal 2044 e 2046
Publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA JUÇARA (EUTERPE EDULIS)

Realização:



Autor:
Marcelo Mendes do Amaral



Dedicatória

Aos Povos e Comunidades Tradicionais e aos agricultores familiares, que conservaram e usaram os recursos do palmito juçara/jiçara/giçara (*Euterpe edulis*) como é conhecido no Vale do Ribeira.

Aos especialistas, como, pesquisadores, técnicos e representantes das comunidades, que publicaram e disponibilizaram seus conhecimentos sobre o palmito juçara como importante espécie para a conservação da natureza e do desenvolvimento na mata atlântica.

E a todos que estão contribuindo para a conservação, recuperação e uso dos frutos da juçara, para a produção de “polpa”, e gerando sementes para a produção de palmito e recuperação da floresta atlântica.

A todos consumidores, que apreciam o palmito e a polpa dos frutos da juçara para o seu consumo responsável.

Neste caderno é apresentado um processo de construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva do palmito juçara, *Euterpe edulis*, onde uso dos frutos aparece como potencial alimento para o ser humano e para fauna associada à espécie, podendo gerar sementes para a recuperação e conservação da floresta atlântica.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	07
APRESENTAÇÃO	09
OS ATORES E AGRADECIMENTOS	11
As Instituições Parceiras e seus Representantes	12
Apoio e Colaboradores do Processo	12
INTRODUÇÃO	17
DESENVOLVIMENTO	25
Oficinas - APA de Guaraqueçaba no litoral do Paraná	26
Projeto SAF e Plano de Manejo Comunitário Simplificado	34
Oficinas - APA da Serrinha do Alabari no Rio de Janeiro	46
EMPREENDIMENTOS COM SELO DE ORIGEM DA RBMA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
GLOSSÁRIO DE ABREVIACÕES	65



RESUMO EXECUTIVO

O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA), por meio do programa “Mercado Mata Atlântica - RBMA” desenvolveu o projeto “Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas: Pinhão, Erva-mate, Juçara e da Piaçava como estratégia de conservação e de desenvolvimento regional na mata atlântica” com o apoio da cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América representados pelo Fundo Nacional para a Biodiversidade – FUNBIO e Tropical Forest Conservation Act - TFCA.

Simultaneamente implementou o projeto “Desenvolvimento de modelos de Sistemas Agroflorestais para a conservação e uso sustentável da “Palmeira Juçara” como estratégia de conservação da Mata Atlântica e de desenvolvimento regional” com apoio da Empresa Solabia.

A metodologia foi pensada e adaptada com objetivo de promover ações integradas relacionadas para o fortalecimento da cadeia produtiva dos frutos do palmito juçara, *Euterpe edulis*, somando aos esforços da Rede Juçara-REJU, e de outros colaboradores, e buscando neste processo a construção de indicadores de sustentabilidade, por meio da implementação das diretrizes para a coleta sustentável dos frutos da juçara.

Com base nas diretrizes foi elaborado um plano de manejo comunitário simplificado, por meio de oficinas e visitas técnicas na Comunidade do Rio Verde, no município de Guaraqueçaba.

Os indicadores buscam mostrar a importância da cadeia produtiva dos frutos da juçara nos aspectos ecológicos, culturais, sociais, econômicos e políticos identificados por meio das pesquisas, das oficinas e de estudo de caso, sendo: (1) na APA de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná com comunidades tradicionais, e (2) com o Projeto Amável na APA da Serrinha, no entorno do Parque Nacional Pico do Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro.

Neste processo, realizou-se a implementação do Selo de Origem “Mercado Mata Atlântica - RBMA”, que tem objetivo de orientar e promover as boas práticas na elaboração do Plano de Manejo Comunitário Simplificado, para a coleta sustentável dos frutos da juçara.



Sabendo-se da sua importância ecológica, econômica, social e cultural do palmito juçara, porque esta espécie está ameaçada e corre o risco de extinção?

É possível a conservação, a recuperação da espécie com a inclusão social?

É possível a recuperação da juçara/giçara/jiçara para o uso do palmito, alimento saudável e saboroso, tão apreciado por nós, mas tão difícil de encontrar?

APRESENTAÇÃO

O documento inicia-se com apresentação de uma introdução, que retrata de forma mais ampla os objetivos e motivação do projeto, seguido da apresentação dos atores envolvidos em todo o processo, parte essencial para sua realização.

Em seguida, é relatado o desenvolvimento das ações, a metodologia e os processos, que garantiram a obtenção das informações relevantes e a participação dos atores interessados e envolvidos com o extrativismo sustentável orgânico dos frutos da juçara.

A partir de tal processo, foram implementadas as diretrizes para o extrativismo sustentável orgânico dos frutos da juçara, apresentadas neste documento, a elaboração de Plano de Manejo Simplificado Comunitário e a construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva.

Dessa forma, o documento mostra a importância do palmito juçara e o uso dos frutos como estratégia de conservação, de restauração e de desenvolvimento humano, valorizando a sócio-biodiversidade na floresta Atlântica.

Clayton Ferreira Lino
Presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



AGRADECIMENTOS

À RBMA, toda sua equipe e participantes da REDE, pelos esforços realizados para a conservação da biodiversidade, pelo desenvolvimento sustentável e geração de conhecimentos, nestes 25 ANOS de existência.

Às instituições parceiras fundamentais para a realização das oficinas, devido a sua atuação nas regiões e nos estados envolvidos, possibilitando a mobilização de atores institucionais e dos povos e comunidades tradicionais, bem como agricultores familiares e aporte técnico.

Aos órgãos ambientais, por meio de suas representações em cada estado, que possibilitaram, diálogos sobre a legislação da mata atlântica e sua aplicação nos estados.

Aos representantes dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares pela vivência histórica com a juçara, pela cultura associada ao palmito e diversos usos, incluindo o medicinal, das partes da palmeira nas estratégias de convivência com a biodiversidade da floresta atlântica.

Ao apoio técnico e financeiro do FUNBIO/TFCA pela viabilização do projeto, e às instituições parceiras e colaboradoras pelo apoio para impressão dos cadernos e pelos espaços e estruturas para a realização das oficinas.

Agradecemos à Empresa Solabia pela cooperação técnica, e apoio financeiro na implementação do projeto e elaboração do Plano de Manejo Comunitário.

Agradecemos aos técnicos e instituições, que participaram agregando ao saber tradicional, o conhecimento técnico e científico.

Tais atores seguem aqui nominados, como reconhecimento e agradecimento por toda contribuição neste processo.

Estendemos os nossos agradecimentos e nossas considerações a todos que de alguma forma contribuíram na construção deste conhecimento coletivo!



As Instituições Parceiras e seus Representantes



Mater Natura
Renata Garrett Padilha
Silvana de Andrade



Apoio e Colaboradores no Processo

	NOME	REPRESENTAÇÃO
Oficinas na APA de Guaraqueçaba no Litoral do Paraná		
1	Abner Lima Teixeira	IFETSMG – Barbacena / ONG Grupo Brasil Verde
2	Alan Yukio Mocoichinski	ICMBio
3	Adilson	Comunidade
4	Alexandre Loerádio Santana Neto	Reserva Natural Salto Morato
5	Antônio Rosa	Associação de Pequenos Produtores de Taçaçaba
6	Antonio Gonçalves	ACRIAPA – Associação de Meliponicultores
7	Antonio Gonçalves da Silva	Conselheiro APA – Rio Guaraqueçaba
8	Arildo Pontes dos Reis Junior	Secretaria da Agricultura de Guaraqueçaba
9	Aroldo Fonseca	ESEC de Guaraqueçaba
10	Benedito Gonçalves	Associação de Pequenos Produtores do Rio Verde
11	Betânia Fichino	RBMA

	NOME	REPRESENTAÇÃO
12	Carlos Eduardo Seoane	EMBRAPA FLORESTA
13	Carlos Silva	CMDR – Antonina
14	Edemir V Lopes	ICMBIO
15	Eros Amaral Ferreira	Reserva Natural Salto Morato
16	Fátima Becker Guedes	APA de Guaraqueçaba
17	Felipe do Vale	SPVS
18	Fernando H. S. Paz	UFPR Litoral
19	Francisco Paulo Chaimsohn	Pesquisador do IAPAR
20	Franciele Alves Lopes	Conselheira do CONAPA
21	Gabriel Flizikowski	ASPRAN
22	Gilberto França de Arruda	Rio Verde
23	Gilson Walmor Dahmer	MOTIRÔ / UFPR Litoral
24	Heitor Peretti	ICMBio
25	Ilton Gonçalves	Associação de Produtores de Batuva
26	Israel P. França	Rio Bananal
27	João Amadeus Alves	COOPERGUARÁ – ECOTUR
28	Jhonatan Carlos dos Santos	
29	Jose Antonio de Brito	Secretaria de Educação – PR
30	Jose Carlos	SMMA Guaraqueçaba
31	Luiz Paulo Salmon	MOTIRÔ
32	Lauro Silvio Loschner	Conselheiro APA – Rio Serra Negra
33	Luciano Maciel Corbellini	IÇARA e Rede Juçara - REJU
34	Luiz Antônio de Souza	APA de Guaraqueçaba
35	Luis Cláudio Maranhão Froufe	Embrapa Floresta
36	Luiz Fernando	Emater



	NOME	REPRESENTAÇÃO
37	Luiz Adão Ferreira da Silva	Estação Experimental de Morretes – IAPAR
38	Luiz Paulo	MOTIRÔ
39	Jonas	Comunidade Rio Pequeno
40	Josué Ferreira do Carmo	Secretário
41	Marcelo Bosco	SPVS
42	Marcelo Mendes do Amaral	RBMA
43	Márcia L. G. da Silva	Prefeitura – Departamento de Trabalho e Geração de Renda
44	Maria Siboney Bombroski	Agricultora de Morretes
45	Maria Rosangela dos Santos	BOTICÁRIO
46	Mauro Rosa	Secretaria da Agricultura
47	Maria Siboney Dombroski	Agricultora – Morretes
48	Maria da Graça Garrett Padilha	Mater Natura
49	Marina de Souza	Fundação Boticário – Reserva Natural Salto Morato
50	Maria Rita	Funbio/TFCA
51	Marcos Paiva	Técnico
52	Oséias Gonçalves	Fundação Grupo o Boticário
53	Silvânia de Andrade	Mater Natura
54	Simão Pedro Auer	IAPAR
55	Rafael Serafinm	MOTIRÔ – Coletivo Jovem da Juçara
56	Roberto Machado	ASPRAN
57	Robson Sfisua	Fundação Mokiti Okada
58	Walter Steembock	FLONA Açungui
59	Valdenise Veloso	MOTIRÔ
60	Vanilda Dias	Secretaria de Meio Ambiente

	NOME	REPRESENTAÇÃO
Oficinas na APA da Serrinha do Alambari no Rio de Janeiro		
1	Alexandre A. Pontriamme	IFET MG Rio Pomba Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
2	Alexandre Severo dos Santos	Juçai – Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
3	Andre	Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
4	Claudia Luisa de Oliveira	Sec. Mun. de Educação - Educação Ambiental de Resende
5	Luis Felipe Cesar	Crescente Fertil Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
6	João Ricardo T. Mercês	Sec. de Agric. e Pecuária de Resende
7	George Braile	Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
8	Maria Angela Lopes de Faria	Proprietária – Artesã - Juçai
9	Mauricio Pontes	EMATER Rio de Janeiro
10	Oscar Graça Souto	Projeto Amável Mata Atlântica Sustentável
11	Wagner	SACRUM



INTRODUÇÃO

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foi reconhecida pelo Programa Homem e Biosfera (Man and Biosphere) da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO no ano de 1991, completando 25 anos de criação no ano de 2016, com as funções de promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a geração do conhecimento técnico e do saber tradicional.



Figura 1 - Mapa das Reservas da Biosfera Brasileiras - fonte: Ministério do Meio Ambiente - Governo Federal - Site Consultado-<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/reserva-da-biosfera>. Consultado em 22-07-2016 as 13h04min.

A RBMA abrange um território de 78.465.476 hectares sendo 62.318.723 em áreas terrestres e 16.146.753 ha de áreas marinhas, reconhecida em seis fases entre os anos de 1991 e 2008 nos 16 dos 17 estados brasileiros há ocorrência do bioma Mata Atlântica, e conta com um sistema de gestão com representações paritárias em cada estado, sendo 50 % governo e 50 % sociedade civil, além dos membros e instituições convidadas.



A mata atlântica chegou a 7 % da sua cobertura florestal original, colocando a juçara ou jiçara, *Euterpe edulis*, em risco de ser ameaçada de extinção.

Em 2010 ocorreu o Seminário Regional Sudeste da Sociobiodiversidade no Rio de Janeiro, onde o tema abordou a importância das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e contou com o relato de experiências exitosas de comunidades, a fim de contribuir para a construção do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

Em 2010 e 2011, O Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Diretoria de Extrativismo (DEX/SEDR) e do Departamento de Conservação da Biodiversidade (DCBIO/NAPMA/SBF) e o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA), por meio do Programa “Mercado Mata Atlântica – RBMA”, realizaram o curso “Promoção de Cadeias de Valor: Metodologia Value Links Biodiversidade”, promovido por estas instituições, com apoio do Projeto Proteção da Mata Atlântica II da Agência de Cooperação



Figura 2: Curso realizado na casa das Reservas da Biosfera e Dinamica com Participantes

Técnica Alemã – GTZ, realizado na Casa das Reservas da Biosfera (sede da RBMA), no Horto Florestal, São Paulo.

O objetivo do curso foi capacitar um grupo de profissionais, habilitando-os para atuar como facilitadores nos processos de melhoria das cadeias de valor da sociobiodiversidade da Mata Atlântica. Estas Cadeias de Valor, foram priorizadas e analisadas, desenvolvendo-se ações de apoio para estimular a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, promovendo a conservação do bioma Mata Atlântica e apoiando a formulação de políticas públicas.

Nesta ocasião se iniciou a articulação entre pessoas e instituições interessadas na conservação e uso da juçara e criação da Rede Juçara, que se concretizou com o edital lançado pelo MMA/PDA em 2011.

As instituições ANAMA – Associação Nascente do Maquiné do Rio Grande do Sul, juntamente com o IPEMA – Instituto de Permacultura de São Paulo, com apoio de diversas instituições parceiras e colaboradoras, foram coordenadoras dos projetos apoiados para a formação e articulação da Rede Juçara-REJU.

Para isto, realizaram várias oficinas e atividades, com objetivo de gerar conhecimento para o mapeamento da Cadeia de Valor dos Frutos da Juçara e ter subsídios para a formulação de diretrizes técnicas de boas práticas para a coleta e processamento dos frutos da juçara, visando o extrativismo sustentável orgânico, com envolvimento e apoio de vários atores e comunidades como podem ser vistas no site <http://www.redejucara.org.br>.

Ainda em 2011, o FUNBIO/TFCA lançou edital que possibilitou o início do projeto “Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade Pinhão (*Araucaria angustifolia*), Erva-mate (*Ilex paraguarienses*), Juçara (*Euterpe edulis*) e Piaçava (*Attalea funifera*) como estratégia de conservação e de desenvolvimento da mata atlântica”.

Em maio de 2012, o IA-RBMA teve a oportunidade de participar da Oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Frutos da Palmeira Juçara e Priorização de Territórios, promovido pela Ação Nascente do Maquiné - ANAMA coordenadora do projeto, em parceria com o IPEMA e participantes da REJU.



Neste evento, o território do Vale do Ribeira, maior fragmento contínuo de mata atlântica, onde ocorre a palmeira juçara, espécie chave para a conservação da biodiversidade, e que faz parte da cultura das comunidades e povos tradicionais, devido aos diversos usos, desde a alimentação, medicinal, todas as partes dela podem ser aproveitadas e muitas usadas nas construções, fazendo parte do sistema de vidas, daqueles que ali vivem que valorizam a sua beleza natural.

Embora ocorra uma rica cultura e saber tradicional associado ao uso dos recursos naturais, este território apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH do país, mesmo fazendo parte do Paraná e de São Paulo, estados ricos e desenvolvidos, o Vale do Ribeira está entre as 13 mesorregiões, territórios com os mais baixos IDH do país.

O litoral do Paraná, até a década de 30, teve a produção de banana, como um dos principais produtos agrícolas, e com a concorrência de

outros produtos e queda da economia com a crise de 1929 iniciou-se a exploração do palmito juçara. Nas décadas de 60 e 70, intensificou-se a sua exploração. Com os incentivos fiscais para ocupação do litoral, ocorreu a aquisição e grilagem de terras proporcionando a instalação de latifúndios, para a exploração de madeira, palmito e para criação de búfalos, aliando-se à especulação imobiliária.

Na década de 80 o movimento ambientalista cresceu no Brasil e neste contexto a APA de Guaraqueçaba foi criada em 1985, parte do Bioma Costeiro Marinho, com área de 282.444.020 hectares abrangendo 100% do município de Guaraqueçaba, que ocupa 86% da APA, sendo o restante nos municípios de Antonina, pequena porção do município de Paranaguá e de Campina Grande do Sul.

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2244-apa-de-guaraquecaba>



Figura 3: Paisagens do litoral do Paraná



A APA de Guaraqueçaba, devido a sua importância para a conservação dos recursos naturais, histórica e cultural faz parte do Mosaico Lagamar, abrangendo municípios do litoral sul do estado de São Paulo.

Embora inúmeras iniciativas tenham ocorrido no litoral do Paraná, por parte das instituições envolvidas em diagnósticos, pesquisas e extensão, foram mais de trinta, indicando que não foram efetivas para mudar e melhorar as condições de vida das comunidades que ali vivem.



Figura 4: Viagem para oficina do projeto

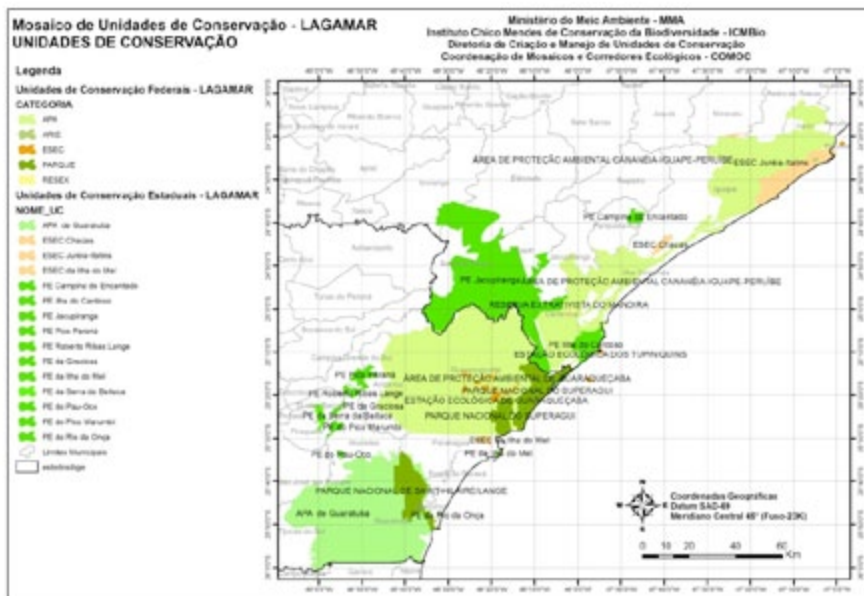


Figura 5: Mapa de UCs <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/MS-C-Lagamar.jpg> consulta no dia 04/10/2016

Na APA de Guaraqueçaba identificou-se cerca de 54 comunidades, que se constituíram nos vales, tendo os rios inicialmente como seus principais meios de transporte de mercadorias, como, banana, mandioca, arroz, palmito, entre outros, para Paranaguá.

Na criação da APA de Guaraqueçaba e durante a sua implementação, onde muitos esforços e recursos financeiros foram aportados por parte das Instituições Públicas e de Organizações Não Governamentais na elaboração do Plano de Gestão Integrado da APA.

Embora o Plano Integrado prevê alternativas de renda compatíveis com os sistemas de vidas das comunidades para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, não considerou a necessidade diária do uso dos recursos naturais como, a madeira para construção das casas, pontes, móveis, canoas, ferramentas, lenha para preparação dos alimentos e beneficiamento da mandioca e da banana.

Com a Lei do ICMS Ecológico, criada no estado do Paraná em 1994, para compensar os municípios que tem em seu território unidades de conservação, se tornou a principal fonte de arrecadação do município de Guaraqueçaba, e no ano de 2013 recebeu R\$ 371.765,12. Embora as arrecadações advinda do ICMS Ecológico sejam significativas, não refletiu em melhorias das condições de vidas das comunidades.

Vários projetos interessantes foram realizados nesta busca, como, farmácia viva de plantas medicinais, tratamento de esgoto com filtros biológicos na Ilha Rasa, dentre outros, com algum sucesso, mas não o suficiente para melhorar a vida das populações que ali residem.

Entre 1999 a 2005 uma nova fase aconteceu por iniciativa do estado, que buscou promover o diálogo entre as instituições que realizavam ações de conservação e de desenvolvimento, a fim de melhorar ou minimizar a situação de conflitos de interesses no litoral do Paraná, que vai ser comentado no decorrer deste documento.

No entanto, em 2005 este cenário mudou com uma nova política de desenvolvimento territorial, culminando com a desarticulação do Pólo de Agroecologia.



DESENVOLVIMENTO

O projeto “Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas da sociobiodiversidade” considerou o processo participativo de construção de diretrizes para coleta sustentável dos frutos da palmeira juçara pela REJU, conseguindo participar e interagir em algumas das suas atividades, trazendo participantes e lideranças da REJU para as oficinas previstas na construção de indicadores de sustentabilidade da juçara na APA de Guaraqueçaba e na APA da Serrinha.

Simultaneamente implementou-se o projeto “Desenvolvimento de Sistema Agroflorestal como estratégia de conservação e de desenvolvimento na mata atlântica”, visando a coleta e uso dos frutos da juçara com apoio e parceria da Empresa Solabiá.

A metodologia adotada para o projeto construção de indicadores de sustentabilidade da juçara possibilitou a realização de quatro oficinas, e ainda apoiar a implementação do projeto de Sistema Agroflorestal-SAF, na comunidade do Rio Verde a 30 km de Guaraqueçaba, sede do município.

Devido à importância do território da APA de Guaraqueçaba, as oficinas foram realizadas em Guaraqueçaba para facilitar o acesso dos conselheiros e lideranças das comunidades para participarem das oficinas.

Previamente foram realizadas reuniões com instituições que atuam na APA de Guaraqueçaba, a fim de apresentar as ações previstas nos projetos, e identificar ações que poderiam se somar para o fortalecimento da cadeia produtiva dos frutos da juçara.

A instituição parceira Mater Natura, que tem importante trabalho de conservação e articulação com os gestores das unidades de conservação no litoral do Paraná, coordenou a organização e articulação dos atores para a participação nas oficinas, mobilizando as instituições, para colaborar nos transportes dos participantes das comunidades.

As oficinas foram realizadas na Pousada CHAUÁ, onde ocorre uma ótima recepção, que nos cedeu o espaço para a realização das oficinas e também para hospedar os participantes, o que facilitou o acesso para as comunidades e, a ainda menores custos com alimentação, transportes e hospedagem dos participantes.



As oficinas realizadas na APA da Serrinha, no estado do Rio de Janeiro, seguiu metodologia com intuito de implementar o Selo de Origem “Mercado Mata Atlântica-RBMA” ao projeto Amável- Mata Atlântica Sustentável, que envolve a cadeia produtiva da juçara, como um estudo de caso, a partir das diretrizes de coleta sustentável dos frutos da juçara.

Oficinas realizadas na APA de Guaraqueçaba

Objetivos Específicos:

- Realização de diagnósticos participativos da cadeia produtiva da juçara para a construção de indicadores de sustentabilidade.
- Elaboração do Plano de Ações Integradas a partir do diagnóstico.
- Acompanhamento do Plano de Ações Integradas.
- Construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva dos frutos da juçara.
- Elaboração de Plano de Manejo Comunitário Simplificado para a Coleta Sustentável Orgânico dos Frutos da juçara.



Figura 6: Mapa das APL da Sociobiodiversidade

Neste contexto, o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e a IN Conjunta de 27 de maio de 2009, que orienta o extrativismo sustentável orgânico dos produtos da sociobiodiversidade foram base para se iniciar a apresentação da RBMA e do Projeto Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas da juçara, do pinhão, da erva-mate, da piaçava como estratégia de conservação e de desenvolvimento na Mata Atlântica.

No entanto, o projeto tinha como objetivo geral a promoção de ações integradas para o fortalecimento das cadeias produtivas, mas na APA de Guaraqueçaba, a atenção seria para a cadeia produtiva dos frutos da juçara, na construção de indicadores de sustentabilidade.

Os mapas abaixo foram apresentados com intuito de mostrar a área de ocorrência natural e a ocorrência “atual” da mata atlântica e da juçara no ano 2001, que chegou entre 5 e 7 % da sua cobertura natural.

Foi importante a participação da RBMA na **Oficina de Mapeamento da cadeia de valor da Polpa dos frutos da Palmeira Juçara e Priorização de Territórios** para a definição da APA de Guaraqueçaba, como parte

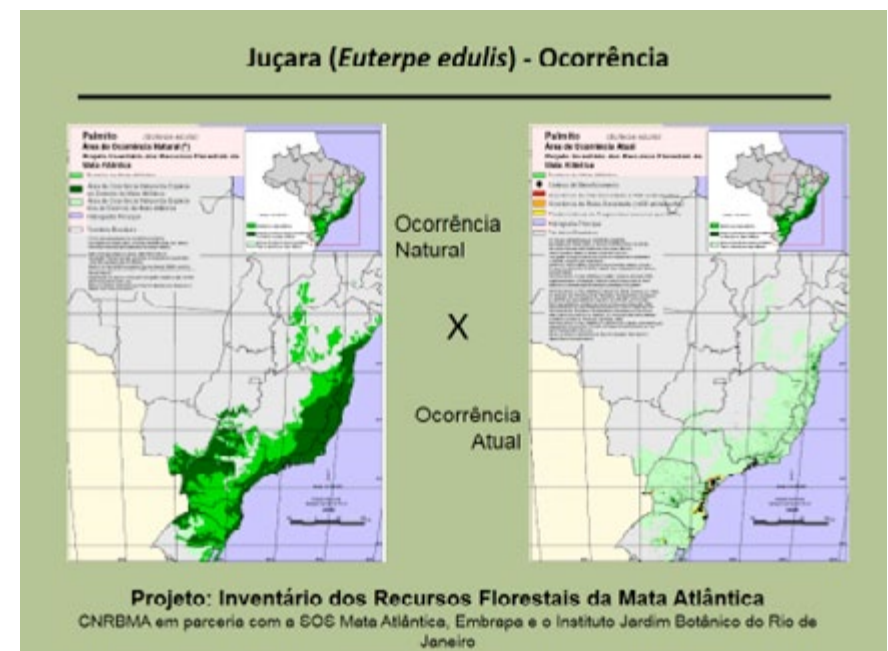


Figura 7: Comparação entre área de ocorrência da Mata Atlântica



do território do Vale do Ribeira SP/PR, para a atuação na construção de indicadores de sustentabilidade da Juçara.

A oficina aconteceu nos dias 24 e 25 de maio de 2012 pelo Projeto 539-MA Palmeira Juçara e Comunidades: manejo sustentável e promoção da cadeia de valor dos frutos, sob a coordenação das instituições, Ação Nascente de Maquiné – ANAMA do Rio Grande do Sul, o Instituto de Permacultura – IPEMA de São Paulo, Instituto IÇARA e demais representantes que levaram experiências e informações para a elaboração do mapeamento da Cadeia de Valor dos Frutos da Juçara com abrangência destes estados: RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES e BA da Rede Juçara – REJU.

Estes resultados foram apresentados pelo representante do Instituto IÇARA, como membro da REJU o que reforçou e mostrou os resultados da articulação e das iniciativas das instituições envolvidas e comprometidas no fortalecimento da Cadeia de Valor dos Frutos da Juçara, como importante estratégia de conservação e de recuperação da juçara na Mata Atlântica.

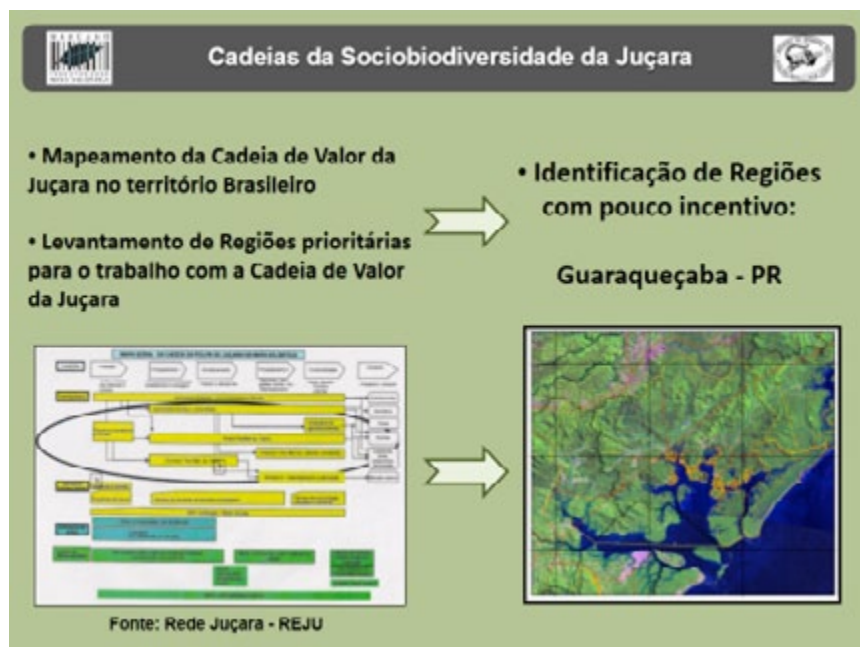


Figura 8: Imagem de apresentação usada durante o projeto



Figura 9: Em sentido horário, APA de Guaraqueçaba, oficina na Pousada Chauá, apresentações da RBMA, ICMBIO, Associação IÇARA e do IAPAR



O representante do Instituto Agrônomo do Paraná mostrou o projeto de pesquisa e iniciativas em 2008 com a Associação de Pequenos Produtores e Artesãos de Antonina – ASPRAN, com a polpa dos frutos da juçara. A partir disto, com a parceria do SEBRAE e de outras instituições apoiaram a construção e adequação da agroindústria para a fabricação da polpa dos frutos da juçara, com a marca açaí da mata atlântica, que receberam os representantes e participantes da oficina, para conhecer todo o processo de beneficiamento dos frutos da juçara.

As oficinas contaram com 60 atores diretamente relacionados com a Cadeia Produtiva da Juçara na região, sendo possível fazer um diagnóstico da realidade desta cadeia, assim como o levantamento de indicadores de sustentabilidade e o desenvolvimento de um Plano de Ação, para o fortalecimento das atividades relacionadas à Juçara na APA de Guaraqueçaba e litoral, apresentadas a seguir.

A oficina iniciou-se com apresentação de todos os participantes e logo em seguida, as instituições mostraram os objetivos dos seus projetos, e as comunidades relataram as suas experiências.

Em seguida, organizou-se trabalho e grupos, para se discutir a importância dos recursos naturais e das cadeias produtivas na APA de Guaraqueçaba e no litoral Paraná.

Os resultados foram apresentados pelos grupos e apreciados, acordados e consolidados em plenária. A grande importância dos recursos naturais, representadas pelos círculos maiores deixou claro porque ocorreu a criação da APA de Guaraqueçaba e de tantas outras Unidades de Conservação.

A dificuldade foi ao definir os recursos naturais como a floresta que acaba integrando a biodiversidade, a fauna e a flora, a água, o ar e o solo, dentre outros que foram destacados, como a água salgada e os recursos pesqueiros, caracterizando bem o ecossistema do lagamar.

Com relação às cadeias produtivas destacam-se a do arroz, bubalinos e bovinos como de menor importância.

A juçara foi muito importante para a extração do palmito no passado, e naquele momento, para a coleta de frutos, apareceu como pouco importante.

No entanto, a relação da Juçara com os recursos naturais e com as cadeias produtivas da região mostra a importância, como espécie chave da Floresta Atlântica, conseguindo combinar várias cadeias produtivas, como, plantas medicinais, mandioca, palmáceas cultivadas (pupunha e palmeira real), banana, meliponicultura, pequenos animais e da cana-de-açúcar, e outras, como, café, taioba, inhame, batata doce, abóbora, frutas nativas, etc.

É um sistema possível e viável para a região, já que a agrofloresta pode ser considerada tradicional e relacionada ao saber local. A cadeia produtiva da Agrofloresta aparece como grande importância e pode estar associada à atividade do turismo.

A cadeia produtiva do Turismo aparece com grande importância, devido à grande beleza da paisagem natural da região e também à Cooperativa de Turismo - COOPERGUARÁ da qual a Pousada Chauá participa.

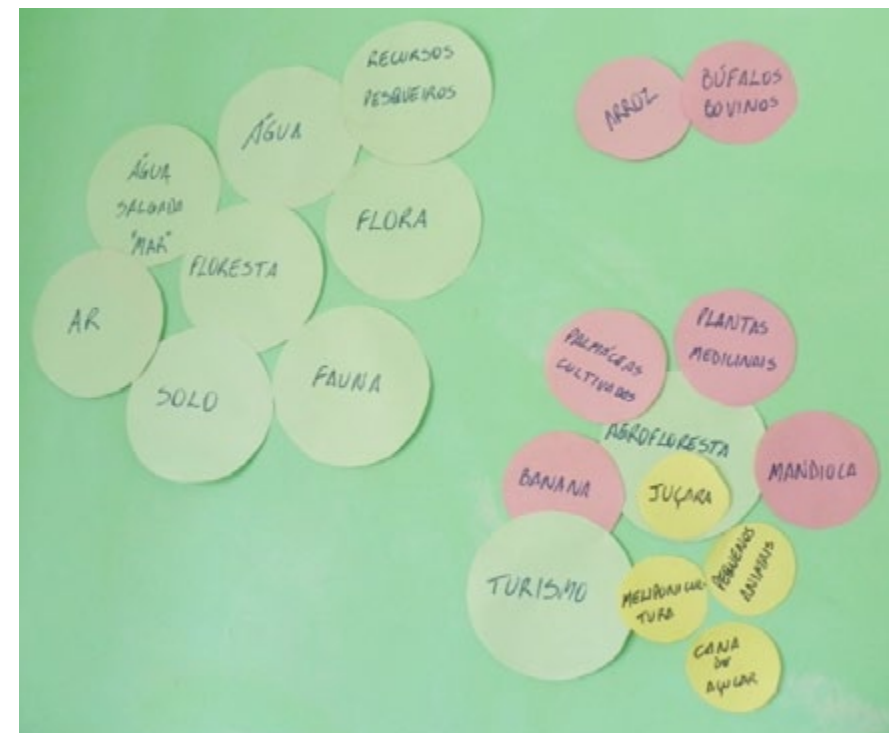


Figura 10: Diagrama de Recursos Naturais e Cadeias Produtivas



Considerando-se a grande importância dos recursos naturais e os possíveis arranjos produtivos, mas com a atenção na Cadeia Produtiva dos Frutos da Juçara, levantou-se parâmetros e indicadores de sustentabilidade nos aspectos ecológicos/ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos que foram colocados pelos grupos em plenária.

A partir destes parâmetros e indicadores foram identificados as oportunidades, ameaças e as dificuldades/limitações.

A partir deste cenário foi elaborado um plano de ações de acordo com as ações previstas em cada projeto, buscando-se identificar a instituição e representante responsável, para facilitar posteriormente o acompanhamento da sua implementação.

No plano de ações foram previstas as oficinas para dar acompanhamento e proporcionar um momento de integração e troca de experiências, contribuindo diretamente no fortalecimento e na construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva dos frutos da juçara no litoral.

Uma das ações foi a visita à agroindústria da ASPRAN para conhecer o beneficiamento dos frutos da juçara na Comunidade do Cachoeira, no município de Antonina.

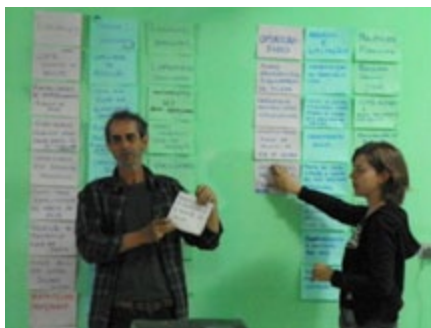


Figura 11: Imagens da oficina e dinâmicas aplicadas



Projeto: “Desenvolvimento de SAF para a coleta de frutos da juçara como estratégia de conservação e de desenvolvimento na Mata Atlântica”

Breve histórico

A Área de Proteção Ambiental é uma unidade de conservação de uso sustentável, no entanto, para os moradores, durante muito tempo, isto não ficou claro e sim a sensação de que tudo era proibido. No entanto, as comunidades seguiam vivendo, com algumas atividades que antes faziam parte do cotidiano, como a exploração do palmito, com a escassez do recurso, a espécie entrou na lista de extinção e foi proibido o corte, passando a ser autorizado apenas com licenciamento e restrito a pequenas quantidades.

De ante desta situação, em 2001 a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – Seab, com apoio da Empresa de Extensão Rural - Emater, Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Associação de Agricultura Orgânica do Paraná – AAOPA, Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Empresa Terra Preservada, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, dentre outras instituições, criaram um fórum de discussão buscar ações, visando a conservação e o desenvolvimento do litoral do Paraná.

Neste contexto discutiu-se a criação de um Pólo de Agricultura Orgânica, mas devido à vocação agroflorestal da região optou-se para Pólo de Agroecologia. Uma das metodologias utilizadas para a integração e atuação na prática, além das discussões nas reuniões do Polo de Agroecologia, foi o Diagnóstico Rural Participativo – DRP.

Para nivelamento e identificação das técnicas, como, mapa da comunidade, matriz de produção animal, diagrama de Venn, travessia, dentre outras, a serem utilizadas nas comunidades culminando-se na realização do DRP, em 14 Comunidades na APA de Guaraqueçaba e litoral do Paraná.

Neste período foram realizadas ações para a certificação de produtos orgânicos nas propriedades, com foco na banana orgânica, envolvendo-se mais de 160 produtores de banana, que adotaram práticas de controle biológico do moleque da bananeira, causador da broca, cosmopolites sordidus, com a Beauveria bassiana, com muito êxito, segundo relatos, este besouro ataca também a pupunha e a palmeira real.

A comunidade do Rio Verde recebeu a certificação de banana orgânica no primeiro ano devido aos bananais que estavam sendo reativados, devido ao histórico de não usar agrotóxicos. A comunidade com associação e reuniu cerca de 36 produtores(as) de banana orgânica, que adotaram o controle biológico e participou das oficinas identificando as espécies companheiras da banana, e as boas práticas de manejo para desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais a partir do Saber tradicional, para a produção de banana orgânica e palmito juçara



Figura 12: Paisagem da APA

Com o controle biológico do moleque-da-bananeira e o manejo mais adequado do bananal, a produção passou de 3 toneladas para 12 toneladas de banana por hectare/ano em consórcio com a juçara, no período de 2001 a 2004 promovendo o aumento da exportação de banana passa que chegou a 34 toneladas para a Suíça.

O tema de sistemas agroflorestais foram mais discutidos e implantados, tendo a banana como principal produto de renda inicial e o palmito juçara para corte a médio prazo (de 5 a 7 anos), dependendo do espaçamento, da quantidade de indivíduos, considerando-se espécies florestais de uso para construção de canoas, instrumentos musicais, como, os cedros, canelas, ipês, guanandi, caixeta, etc, as bromélias, como ilustra a figura acima, dentre outras finalidades.

Nesta ocasião, estudos técnicos mostraram a maior ocorrência do palmito juçara nos bananais do que na mata, indicando a intensa exploração do palmito da mata, e por outro lado o cultivo do palmito nos bananais.



Em 2011, a Comunidade do Rio Verde, devido a esta rica experiência e já ter trabalhado com agrofloresta, foi visitada e convidada para participar do projeto **“Desenvolvimento de SAF para a coleta de frutos da juçara como estratégia de conservação e de desenvolvimento na Mata Atlântica”**.

Este projeto contou com a parceria entre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA e da Empresa Solabiá com sede no Paraná.

O objetivo principal e meta de curto prazo, seria a coleta de frutos e seu beneficiamento, para fornecimento para a Empresa Solabiá, que iria pagar pelos frutos e sua coleta aos fornecedores da Comunidade do Rio Verde, e pelo processamento à Associação de Produtores de Antonina – ASPRAN, que tem uma agroindústria e realiza o processamento de várias frutas.

O objetivo principal era a coleta sustentável dos frutos da juçara e seu beneficiamento para bioprospecção de ativos com fins comerciais pela Empresa Solabiá, onde se prevê a repartição de benefício, neste caso, para o(s) fornecedor(es) dos frutos da juçara.

O projeto foi apresentado na oficina para a construção de indicadores de sustentabilidade e entrou no plano de ação do litoral do Paraná.

O tema, repartição de benefício, previsto pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, seria apresentado ao Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba, mas devido a sua desarticulação por falta de gestor naquele momento, acabou sendo apresentado na oficina e debatido com os participantes.

Foram incluídos vários conselheiros com intuito de agregar ao processo de geração de conhecimento na construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva dos frutos da juçara no litoral.



Figura 13: Juçara com cachos maduros e paisagem com juçara

Frutos da Giçara na Comunidade do Rio Verde

Conforme a IN Conjunta Nº 17 de 25 de maio de 2009 que orienta o extrativismo orgânico sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, em área de proteção ambiental, se não houver estudos técnicos indicando a quantidade de frutos que deveriam ficar para a fauna, a fim de promover além da alimentação a propagação da espécie, recomenda-se deixar na árvore pelo menos 30% dos frutos, ou seja, na prática a cada 3 cachos com frutos de juçara colhe-se 2 e deixa um, por exemplo, na figura 13 a coleta seria realizada do primeiro cacho maduro e deixaria o segundo até amadurecer.

Foi discutido com os participantes da oficina, na Comunidade do Rio Verde, a função do Selo de Origem, quais seriam seus benefícios e o que ele pretende garantir, assim como quais os passos que precisam ser dados para que a comunidade possa obtê-lo.

A partir das discussões, realizou-se o mapeamento da comunidade tendo como principal critério a ocorrência de palmeiras juçaras adultas em produção de frutos. Foi possível fazer um diagnóstico simplificado da disponibilidade de frutos na vila principal da comunidade, com levantamento nos quintais que tinham as juçaras produtivas.

Na elaboração do “mapa” de ocorrência da juçara com produção na comunidade, e identificação das casas e quantidades de palmeiras em cada quintal, a presença das crianças, sempre bem vindas. Faz parte da metodologia, que tem como princípio a participação e envolvimento dos participantes das comunidades, na medida do possível, do momento e de cada realidade.



Figura 14: Elaboração de mapa de ocorrência da juçara e participação das crianças



A tabela abaixo mostra a disponibilidade de palmeiras com frutos em cada propriedade identificada no mapa abaixo, feito pelos participantes da oficina.

Proprietário	Quantidade Palmeiras
Valdir Viana	15
Valério	20
Genésio Viana	4
Antônio G. da Silva	30
Dirceu	8
Beto	3
Leomir	9
Benedito Gonçalves	85
Total	174




Figura 15: Tabela de palmeiras e mapa de identificação

Agrofloresta

Desenvolvimento e interação de espécies florestais da Mata Atlântica, como a juçara e medicinais, criação de abelhas nativas, com outras espécies, como, banana, café, taioba, inhame, e outras elevando a biodiversidade e o saber tradicional associado.



Figura 16: Diagnósticos da Propriedade

Uma vez que cada palmeira tem o potencial de produzir em média, 3 cachos por ano, com peso de 5 a 8 kg cada cacho, considerando que sejam colhidos 2 cachos por palmeira, mantendo uma percentagem da fauna, com média de 6,5 kg por cacho e 174 juçaras produtivas, foi estimado um potencial de coleta de 2.162 kg de frutos.

Diagnóstico nas propriedades para levantamento da quantidade e qualidade da frutificação das palmeiras adultas da juçara na comunidade.

No entanto, pode-se observar nas figuras ao lado, o cultivo da juçara em linha com espaçamento aproximado de 2,5 m x 2,0 m entre plantas, que necessariamente será preciso o corte de ao menos de duas fileiras, para dar espaço para as demais crescerem, receber luz do sol para florescer e produzir os cachos com frutos, possibilitando a extração de palmito no momento do raleamento, que poderá ocorrer após a juçara alcançar a bitola mínima permitida por lei.

Este relato e estudo de caso, é para servir de apoio aos pequenos produtores(as), que querem continuar cultivando a juçara, tanto para a exploração do palmito, quanto para a coleta do fruto de forma sustentável.

Benedito selecionou e plantou as palmeiras de variedade branca, que são altas e bem desenvolvidas, conforme mostra a figura abaixo, com produção de frutos grandes com muita polpa, crescem mais rápido com maior rendimento tanto para a extração de palmito, quanto para a extração da polpa dos frutos quando comparado com a palmeira vermelha, menor crescimento com muitos frutos pequenos e pouca polpa com baixíssimo rendimento.



Figura 17: Palmeiras Brancas



Figura 18: Agrofloresta da propriedade

Método de coleta utilizado na comunidade segue ilustrado abaixo é importante considerar e ter os seguintes cuidados:

- Não usar bambu verde ou molhado próximo de fiação elétrica, pode ser fatal.
- Evitar a coleta em dias chuvosos.
- Usar sempre EPIs, equipamentos de proteção individual, como capacete, óculos, luvas, para evitar possíveis acidentes.
- Evitar o contato direto dos cachos com frutos no chão, para evitar contaminação.
- Usar lonas lavadas com água e hipoclorito de sódio.

A coleta deve ser realizada com bambu seco resistente, por ser mais leve, adaptado e amarrado na ponta uma “foice” para facilitar o corte do cacho. Observa-se a necessidade de pelos menos dois ajudantes para segurar a lona, onde vai cair o cacho que deve ser retirado os frutos das raquis, e separadas as impurezas que caírem com o cacho.

É preciso ter o cuidado de escolher o lugar para colocar a lona com o frutos da juçara, procurando evitar riscos de contaminação.

Os frutos que caem fora da lona não devem ser misturados aqueles que vão para a agroindústria, é possível seu aproveitamento, mas depende do lugar que caiu, deve-se ter o cuidado para evitar os principais riscos de contaminação nas comunidades, por isso é necessário lavar bem as mãos e desinfetar os frutos para consumo.

A seleção e limpeza dos frutos no campo são necessárias e complementadas na agroindústria. É importante o bom acondicionamento dos frutos para o transporte até o local de beneficiamento, devendo-se tomar o cuidado de não deixar os frutos expostos ao sol.



Figura 19: Processo de colheita e separação dos frutos



O acondicionamento em engradados próprios, com ventilação, ou seja, os frutos não podem ficar abafados, principalmente, se estiverem úmidos, pois facilita a oxidação, e pode começar a fermentar, influenciando diretamente nas propriedades e no sabor da polpa dos frutos.

Quanto mais rápido o acondicionamento dos frutos e beneficiamento melhor será a qualidade final da polpa, que após processada deve ser embalada, congelada e devidamente armazenada na agroindústria.

Da Comunidade do Rio Verde foi transportado cerca de 140 kg de frutos, para ser beneficiado na agroindústria como teste. O valor praticado do custo de frutos naquele momento foi de R\$ 1,00 o kg e pelo processo de adoção de boas práticas, que subsidiaram a elaboração do Plano de Manejo Comunitário, os fornecedores receberam 30% a mais do valor acordado com a Empresa, no sentido de valorizar o selo de origem "Mercado Mata Atlântica-RBMA", concedido ao grupo de fornecedores de frutos da juçara da comunidade.

Foi elaborado pela Solabiá, um termo de anuência de concessão de uso dos frutos da juçara, *Euterpe edulis*, e apresentado aos potenciais fornecedores da Comunidade do Rio Verde, mas devido às dificuldades do grupo em apresentar a documentação de titularidade da terra, para pagamento de repartição de benefícios pelo uso do recurso genético, no caso, os frutos da juçara, não foi possível realizar o contrato em tempo hábil.

Neste momento, para o projeto não ser interrompido a representante da Solabiá, apresentou aos dirigentes da Associação de Produtores e Artesãos de Antonina-ASPRAN, o conceito e objetivos do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, coordenado pelo do Ministério do Meio Ambiente, efetuando-se o contrato de repartição de benefícios, para pelo menos um dos fornecedores de frutos da Comunidade do Cachoeira.



Figura 20: Reunião na Associação.

O que é acesso e repartição de benefícios?

Acesso e repartição de benefícios (ABS, na sigla em inglês) refere-se à forma como o patrimônio genético pode ser acessado e como os benefícios que resultam de seu uso comercial são compartilhados entre as pessoas ou países que utilizam esse recurso (usuários) e as pessoas ou países que o fornece (provedores).

Fonte: Convenção sobre Diversidade Biológica (ABS) <http://www.mma.gov.br/publicacoes/patrimonio-genetico>

Outra ação discutida e acordada na oficina de elaboração do Plano de Ações foi o beneficiamento dos frutos da Comunidade do Rio Verde na agroindústria da ASPRAN. O projeto apoiou todo o processo, desde o planejamento, a coleta, o transporte dos frutos para o beneficiamento, até a agroindústria na Comunidade do Cachoeira, distância aproximada de 80 km de estrada de terra, e depois da polpa congelada para o transporte aéreo até Maringá, onde está a sede da Solabiá.

Os frutos fornecidos pela Comunidade do Rio Verde rederam cerca de 70 kg de polpa congelada, e gerou aproximadamente 60 kg de sementes selecionadas de potenciais matrizes com procedência, que boa parte retornou para a comunidade produzir mudas com possibilidade de alternativa de renda.

No entanto, a coleta no ano de 2014 foi comprometida devido às condições de clima, segundo os fornecedores das comunidades, a queda das flores, a dificuldade de polinização, provavelmente, devido ao excesso de chuvas fortes e ventos, podem ter sido os principais motivos da baixa produção e formação dos frutos, e a



Figura 21: Agroindustria, polpa de frutos da juçara congelada e sementes geradas.



maturação dos cachos, que foi muito desuniforme, e ainda segundo a comunidade não compensava nem o trabalho da coleta, devido a baixa qualidade dos frutos.

Neste ano, também a produção de frutos na Comunidade do Cachoeira não alcançou 50%. No entanto, foram selecionadas duas propriedades para a coleta e processados cerca de 100 kg e enviados 50 kg de polpa para testes da Solabiá.

Na oficina realizada em agosto de 2014, com a presença da representante do Funbio/TFCA, para acompanhamento e encerramento das atividades previstas pelo projeto construção de indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva da juçara, o nome sofreu questionamentos por lideranças comunitárias da região para utilização do termo Giçara, sendo que foi elaborado um documento seguido de assinaturas pelos participantes, objetivando a sua consagração



Figura 22: Oficina e paisagem local



Figura 23: Almoço com produtores locais e degustação de suco

Na metodologia, a alimentação é um ponto importante, e faz parte da produção e do consumo responsável. Daí busca-se fornecedores e restaurantes, que valorizam os produtos locais e os mais naturais possíveis, estimulando-se a aquisição dos produtos das comunidades ou dos fundos de quintais, sem agrotóxico.

Durante um almoço com produtos locais, representado na foto da página ao lado, a Sra. Renata Garrett faz o teste de degustação do suco da polpa da juçara com seu filho, e parece que foi aprovado. “É cedo que se começa, sempre é mais fácil”.

O mesmo vem se fazendo pelas instituições da região, como o IAPAR, que com apoio de parceiros, realizam o fomento e teste de degustação da polpa da juçara nas festas em Morretes e região, bem como a introdução nas merendas escolares.

A Comunidade do Rio Verde também realizou o teste e aprovaram, sendo mais um item em potencial para a merenda escolar na rede pública da região. Recomenda-se polpa da juçara com banana bem madura e “pouco açúcar”, mas o suficiente para facilitar a aceitação.



Oficinas na APA da Serrinha do Alambari no estado do Rio de Janeiro

O Projeto “Amável – a Mata Atlântica Sustentável” contou com financiamento da FAPERJ, e permitiu o estabelecimento da agroindústria, para o beneficiamento da polpa da Juçara na Área de Proteção Ambiental – APA da Serrinha do Alambari, em Resende no estado do Rio de Janeiro.

2010: No primeiro ano de projeto foram utilizados frutos coletados por diversos proprietários e moradores, que foram beneficiados na agroindústria. Para que a agroindústria pudesse ser instalada, foi preciso fazer o licenciamento ambiental.

Nesse processo, como não havia muita informação disponível sobre o impacto da coleta na ecologia da espécie e em seu ecossistema, ficou estabelecido a coleta de até 30% do fruto disponível, conforme prevê a IN Conjunta Nº 17 de 25 de maio de 2009.

2011: No segundo ano, as palmeiras quase não produziram frutos, o que frustrou os coletores envolvidos no primeiro ano de projeto.

2012: No terceiro ano, a produção foi muito alta, gerando boa renda. Entretanto, para apoio na coleta deste ano, foram trazidas pessoas experientes para reforçar a equipe, porém os coletores locais, entenderam como concorrentes.

2013: Foi criada a Associação Guaxo, com sete participantes, na tentativa de organizar e fortalecer a cadeia produtiva dos frutos

da Juçara, em relação à regularização da atividade com ações de apoio aos proprietários, para tirar a DAP e nota de produtor. Foram feitos os cadastramentos dos produtores e coletores, assim como o acompanhamento da coleta, com objetivo de controlar a quantidade e qualidade de frutos.

As áreas visitadas mostraram que na região ainda existe a presença da Juçara em abundância, tanto dentro da mata, como próximo às residências. A coleta geralmente é feita das árvores que tem maior facilidade de acesso (mais próximas às residências ou vias de circulação) e de árvores mais resistentes e menores, para aumentar a segurança do coletor.

Áreas de coleta

Para a coleta, o coletor sobe na árvore com o auxílio da pecunha, cinto e com uma cadeirinha de escalada, possibilitando ao coletor se prender à árvore e se sentar, quando alcança o topo, podendo ficar com as mãos livres para cortar os cachos com o auxílio do facão, sendo a parte mais perigosa.

Ao descer, carregando o cacho nas mãos, coloca-os sobre uma lona. Ao fim da coleta do dia, debulha os cachos e já faz uma primeira seleção, retirando os frutos verdes.

A dificuldade de subir na juçara e associado aos riscos de queda, influencia diretamente no preço mínimo, estabelecido para a venda do fruto.

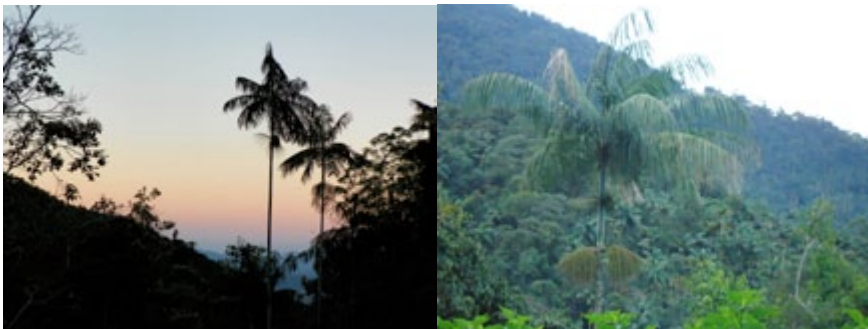


Figura 24: Paisagem da Serrinha, no Rio de Janeiro



Figura 25: Imagem das áreas de coleta



Acompanhamento da safra de 2013

A safra de 2013 foi muito baixa, constatando apenas um ou nenhum cacho com frutos. A exceção ocorreu para as áreas das altitudes mais elevadas, cujos frutos têm sua maturação mais tardia, aparecendo em maior quantidade, mesmo que ainda verdes.

A hipótese levantada para tal fato é a de que na época da floração das palmeiras das regiões mais baixas (dezembro/janeiro), ocorreu muita chuva, o que pode ter prejudicado a polinização ou mesmo derrubado as flores, inviabilizando a boa safra.

As palmeiras das regiões mais altas, por terem uma floração mais tardia, floriram quando as chuvas já haviam escasseado, permitindo a produção dos frutos.

Na safra de 2014, foram visitadas as três áreas de coleta, que não haviam sido visitadas em fevereiro de 2013, quando da primeira visita ao empreendimento Amavel: Propriedades de George Braile, Felipe César e condomínio Vale Verde.

Como as demais áreas, as três propriedades apresentaram muitas Juçaras na mata nativa, com alguns pés localizados em lugares de fácil acesso (próximos a trilhas e estradas). Estas últimas são aquelas onde a coleta é realizada, enquanto os frutos das demais, são deixados como estoque para a fauna e repovoamento da espécie.

Na propriedade do George, foi medida a CAP (Circunferência à Altura do Peito – 1,30m do solo) e coordenadas de uma das matrizes potenciais para produção de polpa e geração de sementes de boa qualidade.



Figura 26: Processo de coléta do fruto.



Figura 27: Propriedade de George Braile



Na propriedade do Felipe, as palmeiras utilizadas para coleta foram plantadas por ele ao redor das trilhas, facilitando o acesso e a coleta.

A propriedade do condomínio Vale Verde é a que se situa em maior altitude, chegando a mais de 1.000 m, portanto, com palmeiras cujos frutos maturam mais tardiamente. Puderam ser observadas, nessa área, palmeiras com cachos carregados de frutos ainda verdes.

Inicialmente, os preços praticados no período foram de R\$ 1,50 por Kg de fruto para o coletor e R\$0,20 por Kg de fruto para o proprietário.



Figura 28: Propriedade de Felipe Cesar



Figura 29: Propriedade do condomínio Vale Verde



Figura 30: Agroindustria certificada pela Anvisa ;
Equipe de beneficiamento, recepção e seleção dos frutos ;
Lavagem, aquecimento, despolpa e armazenamento ;
Secagem e armazenamento das sementes e artesanatos da juçara



Beneficiamento

A agroindústria tem certificação da ANVISA, seguindo toda a regulamentação para tal. O beneficiamento é feito por mulheres da comunidade.

O fruto é recebido e pesado, para que seja feito o pagamento, que geralmente ocorre no final do dia. Os frutos então são armazenados em caixas próprias, que permitam a ventilação.

No dia seguinte, os frutos são espalhados em uma superfície para a seleção mais fina, retirando os ruins ou verdes. São então lavados, colocando-os em uma grande pia com água, para retirada das impurezas.

Depois dessa primeira lavagem são colocados em outra pia, com cloro alimentício, para esterilizar alguma possível contaminação. Por fim, são colocados em uma terceira pia, com água a 40°C, por meia hora para hidratar e amolecer, facilitando a soltura da polpa.

Nesse ponto, o fruto é encaminhado para a parte mais asséptica da agroindústria, onde é despulpado, a polpa é embalada e selada. A polpa empacotada é colocada em um freezer de auto-congelamento, por duas horas. Uma vez congelado, ele é armazenado em uma câmara fria.

As sementes são lavadas para tirar qualquer resto de polpa e colocadas para secar na sombra e não germinar. Depois de secas, são empacotadas em sacos arejados para facilitar a comercialização.

Do cacho da juçara e de sua casca ainda são confeccionados artesanatos como abajures, bandejas e luminárias.

Comercialização

Polpa para merenda escolar (preço mínimo): R\$ 8,00 por Kg de polpa, em 2013.

Receita usada na merenda escolar: 1Kg polpa + 2 bananas + 1L água + 4 colheres de açúcar

Neste período, buscou-se a inclusão da polpa na merenda escolar, fazendo-se contato com a Secretaria da Educação e iniciado o processo de sua inclusão, como o teste de aceitabilidade com os alunos, que atingiu 87% de aprovação. Estimativas para quantidade fornecida foram feitas, e considerou a possibilidade de fornecimento da polpa duas

vezes ao mês, durante todo o ano, uma vez que congelada pode ser armazenada até a safra do ano seguinte.

A comercialização se iniciou no município do Rio de Janeiro, devido ao mercado conhecer e trabalhar com o açaí da região da Amazônia, presente nos super mercados, bares, restaurantes, lanchonetes, etc. Trata-se do açaí na tigela, polpa de açaí batida com banana e granola.

Daí a marca açaí da mata atlântica, que algumas associações estão usando para facilitar o marketing. Tema debatido nas discussões da Rede Juçara com relação à identidade da marca do produto, que não teve consenso, mas acabou ficando REJU, respeitando-se as escolhas e uso da marca em cada região.

É importante valorizar os frutos como fonte de alimento, assim como gerar sementes para a produção de palmito, contribuindo para a restauração da mata atlântica.

Grande parte da produção é vendida em feiras e eventos, que tem o potencial de divulgação do produto para novos mercados. Para tal, o Projeto conta com um veículo de divulgação e venda, equipado internamente com compartimentos para o armazenamento e preparo da polpa para o consumo.



Figura 31: Juçara na alimentação escolar e na Praça da Sociobiodiversidade na Feira Nacional da Agricultura Familiar em 2012



Turismo e educação ambiental

O reconhecimento do trabalho fez com que a prefeitura do município de Resende organizasse visitas com os alunos das escolas para conhecer o projeto. O roteiro com os alunos tem duração de duas horas, e inclui uma explicação sobre o fruto, a palmeira e o projeto; uma visita a áreas de coleta, à agroindústria, ao viveiro e à casa de artesanato; além de uma caminhada por uma trilha que passa na propriedade.

Alguns turistas que passam pela região também acabam indo conhecer o projeto e são recebidos pelos funcionários.



Figura 32: Atividade de educação ambiental com estudantes das escolas da região



EMPREENDIMENTOS COM SELO DE ORIGEM DA RBMA

Como forma de iniciar a implantação e colocar o sistema de gestão do Selo de Origem em prática foram selecionados 20 empreendimentos apoiados pelo Programa “Mercado Mata Atlântica – RBMA”, que adotavam boas práticas nos seus sistemas de produção, e tinham interesse em adquirir o Selo de Origem, para terem seus produtos sustentáveis com reconhecimento da RBMA.

Tais empreendimentos, listados abaixo, estão sendo trabalhados como referência na construção de indicadores de sustentabilidade e estruturação do sistema de gestão do Selo de Origem.

Foram levados em conta os seguintes critérios para a seleção dos empreendimentos:

1. Produtos da sociobiodiversidade priorizados pelo PNPPS
2. Representatividade nas três regiões de abrangência da RBMA
3. Associações e/ou Grupos de Mulheres

4. Extrativismo, cultivo orgânico e/ou agroecológico
5. Povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares
6. Diversas categorias de produtos: alimentos, artesanatos, óleos essenciais de plantas medicinais e aromáticas, cosméticos.

Qual o Objetivo do Selo de Origem “Mercado Mata Atlântica – RBMA”?

O Selo de Origem “Mercado Mata Atlântica – RBMA” tem como objetivo reconhecer e promover empreendimentos sustentáveis localizados de preferência dentro da área de abrangência da RBMA, que contribuam com as funções das Reservas da Biosfera: Conservação da Biodiversidade; Desenvolvimento Sustentável; e Promoção do conhecimento técnico e do saber tradicional.

Quais Produtos podem receber o Selo de Origem da RBMA?

Os produtores(as) devem adotar os Princípios e Critérios do Selo de Origem “Mercado Mata Atlântica – RBMA”. Os três princípios estabelecidos baseiam-se nos eixos estratégicos do Programa “Mercado Mata Atlântica” da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: (1) Economia dos Recursos Naturais; (2) Produção e Consumo Responsáveis; (3) Promoção do Conhecimento Técnico e do Saber Tradicional.

Economia dos recursos naturais: Entende-se como processos que promovam o extrativismo orgânico sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, o planejamento da conservação e uso dos recursos naturais da propriedade, a valorização e valoração dos serviços e produtos ecossistêmicos da mata atlântica.

Produção e consumo responsáveis: De alimentos, artesanatos, cosméticos, óleos essenciais, plantas medicinais, instrumentos musicais, produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, cooperativas, micro e pequenos empreendimentos com adoção de boas práticas.

Promoção e apoio a desenvolvimento de mercados locais, e especial as compras públicas, como, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Compra Direta, etc. que valorizam e priorizam os alimentos orgânicos e agroecológicos.



Figura 33: Produtos com Selo de Origem e suas localidades



A promoção do conhecimento técnico e do saber tradicional: Acontece a partir de projetos que possibilitam ações relacionadas a políticas públicas de conservação dos recursos naturais e do desenvolvimento humano, por meio de oficinas, feiras, seminários, encontros, sites, redes sociais, buscando envolver os diversos atores, segmentos, consumidores e sociedade em geral.

Outro veículo importante que merece destaque são as publicações dos Cadernos da RBMA, a exemplo, da Série Mercado Mata Atlântica, como: caderno nº 43 – Diretrizes de Manejo para o Pinhão; nº 44 – Indicadores de sustentabilidade da Piaçava; nº 45 Fibras da Mata Atlântica das Alagoas; nº 46 – Indicadores de sustentabilidade da Juçara; nº 47 – Indicadores de sustentabilidade da Erva mate e nº 48 – Indicadores de sustentabilidade da Araucária, alguns disponíveis no site: www.rbma.org.br

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO SELO DE ORIGEM DA RBMA	
Princípio 1. Economia dos Recursos Naturais	
Critério 1	Extrativismo sustentável orgânico de produtos da sociobiodiversidade;
Critério 2	Planejamento da conservação dos recursos naturais da propriedade
Critério 3	Valorização dos serviços e produtos dos ecossistemas naturais.
Princípio 2: Produção e Consumo Responsáveis	
Critério 4	Produção em sistemas naturais, orgânico e/ou agroecológicos;
Critério 5	Priorização no desenvolvimento de mercados locais;
Critério 6	Conformidade com legislação trabalhista, ambiental e sanitária;
Princípio 3: Promoção do conhecimento técnico-científico e do saber tradicional	
Critério 7	Promoção de sistema participativo de garantia;
Critério 8	Valorização de práticas associadas ao saber tradicional e cultura local;
Critério 9	Cadeia produtiva em condições de integral rastreabilidade.

Qual é o Sistema de Gestão do Selo de Origem ?

Seu Sistema de Gestão depende do apoio do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e de cada Comitê Estadual no estado. Para que o Selo de Origem seja efetivo, ganhe reconhecimento e credibilidade, e possa ser expandido para outros empreendimentos, é necessário o interesse de cada Comitê Estadual e das instituições envolvidas.

Os comitês para conseguirem apoiar minimamente devem estar estruturados e articulados com recursos disponíveis para seu funcionamento.

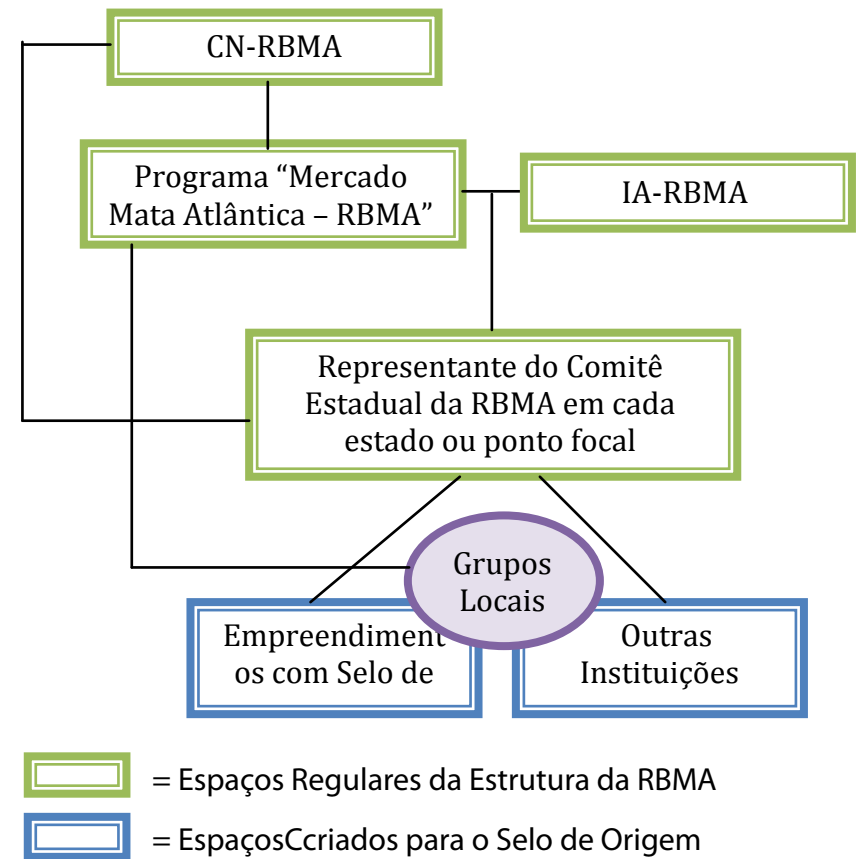


Figura 34: Sistema de Gestão



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fórum de discussões e troca de experiências que se constitui a partir das oficinas para a construção de indicadores de sustentabilidade, trouxe oportunidades para uma maior aproximação dos atores interessados na promoção da cadeia produtiva dos frutos da juçara, como uma das importantes estratégias de conservação e recuperação da espécie na mata atlântica.

As instituições divulgarão seus resultados, na medida que forem alcançados, com a continuidade dos esforços na região.

O cultivo da pupunha e da palmeira real apareceram como interessantes alternativas de renda no início de 2000, no entanto em 2013, foi apreendido cerca de 1 tonelada de agrotóxicos sem receituário agrônomo na APA de Guaraqueçaba.

Outro fato preocupante divulgado na reunião da Câmara Técnica da Biodiversidade do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba realizada em Curitiba, foi a contaminação dos peixes e dos botos da baía de Guaraqueçaba por agrotóxicos, segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos do Mar, da PUC no litoral.

Por outro lado técnicos, do IAPAR apresentaram resultados e pesquisas importantes para o cultivo da pupunha orgânica e/ou em sistemas agroflorestais.

Além das ricas experiências, dos exemplos de Boas Práticas, nos estudos de casos, na APA de Guaraqueçaba no Paraná e na APA da Serrinha do Alambari no estado do Rio de Janeiro mostrados neste

documento vale aqui ressaltar que os órgãos ambientais participaram com todo interesse em apoiar e estimular a coleta sustentável dos frutos da juçara, contribuindo diretamente na construção dos indicadores de sustentabilidade aqui comentados.

Um ótimo exemplo de pequeno proprietário é observado a 60 km do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cunha, onde são cultivadas a araucária e juçara, promovendo a conservação da mata e produção de água, como serviços ecossistêmicos que a natureza nos oferece.

Observa-se que os cachos de juçara estão bem baixos, quase ao alcance das mãos, sendo uma das alternativas para o cultivo e produção precoce dos frutos. É preciso sombra no início da muda, nutrientes e água, e mais tarde o sol para induzir a floração.

Segundo Mapeamento da REJU e informações complementares, a cadeia produtiva dos frutos da juçara ainda é pequena, estima-se a coleta de 200 toneladas de frutos e 100 toneladas de polpa congelada por ano, variando de acordo com a sazonalidade e condições adversas do clima.

Enquanto que, na região norte do país, estima-se em 400.000 toneladas de frutos de açaí, por isso, o preço de mercado de sua polpa chega na região sudeste com preço competitivo.

O potencial de mercado é muito grande, mas é preciso atenção e apoio das políticas públicas nos estados. Um bom exemplo da prefeitura de São Paulo foi decretar a inclusão de produtos orgânicos na merenda escolar de toda rede pública. Porém para atender à demanda, se faz necessário fortalecer as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como, os frutos da juçara, o pinhão da araucária, a erva-mate, o cambuci, e as diversas frutas nativas.



Figura 35: Paisagem da região



Figura 36: Espaço de Cultivo de Araucária e Juçara promovendo a conservação



Há necessidade de recursos financeiros, acompanhados de assistência técnica apropriada para cada região, e não pressionar os recursos naturais, além do limite.

O Seminário: Frutos da Mata Atlântica, o sabor da biodiversidade, vem contribuindo no sentido da divulgação e discussão da relevância do tema.

É preciso mais esforços, responsabilidades e atenção dos tomadores de decisões para implementar o Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e o Plano Nacional de Agroecologia.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA JUÇARA

Parametros	Indicadores de sustentabilidade
Cultura	O palmito juçara, conhecido como, giçara, jiçara, içara tem uso milenar pelos povos e comunidades tradicionais
	Identificou-se uso tradicional medicinal da juçara na APA de Guaraqueçaba
	O uso tradicional da juçara no Vale do Ribeira para alimentação é do palmito, o uso dos frutos é recente
	Faz parte da cultura no Vale do Ribeira o cultivo da juçara para exploração do palmito
Social	Participação da comunidade na APA da Serrinha é limitada com poucos jovens com interesse na atividade
	Envolvimento de jovens na coleta
	Estabelecimento de acordos entre proprietários e coletores, relacionados à riscos de acidentes
	Regularização trabalhista acontece mais na agroindústria
	Educação ambiental local
	Segurança do coletor
	Necessidade de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) para venda da polpa da Juçara para a merenda escolar

Parametros	Indicadores de sustentabilidade
Ecológico/ Ambiental	A espécie esta ameaçada de extinção, mas com grande potencial de recuperação, se fortalecida a cadeia produtiva dos frutos
	Nos estudos de caso, nas APAs, mostraram o engajamento dos órgãos ambientais para a adoção de boas praticas de coleta
	Rede Juçara e outras iniciativas formadas, porém sem apoio financeiro
	Plano de Manejo elaborado pelo Projeto Amável, apresentado e aprovado pelo órgão ambiental do RJ
	Levar em conta o saber tradicional e/ou local associado à biodiversidade
	Plano de Manejo Comunitário Simplificado da Comunidade do Rio Verde elaborado
	As coletas nas APAs estão deixando pelo menos 30% dos frutos , ou seja, a cada 3 cachos colhe-se 2, conforme orientação da IN Conjunta 17 do MMA/MAPA
	Há uma ocorrência expressiva de palmeiras juçara adultas nas duas APAs
Econômico	Pesquisas estão sendo realizadas para o mapeamento de potenciais matrizes
	Potencial mercado para os turistas, pousadas, restaurantes, hotéis, bares, etc, nas sedes dos municípios e nas comunidades
	Potencial mercado de compras públicas: PAA, PNAE
	Consumo na comunidade
	Geração de empregos e renda nas comunidades
	Artesanatos



Parametros	Indicadores de sustentabilidade
Político	As diretrizes para o extrativismo orgânico sustentável dos frutos da juçara foram elaboradas pela REJU, mas ainda não foi regulamentada como anexo da IN conjunta 17 do MMA/MAPA
	A IN Conjunta 17 do MMA/MAPA promove o extrativismo orgânico sustentável, mas não obriga, portanto deveria ser regulamentada nos estados
	Não existe política efetiva de ATER para os produtos da sociobiodiversidade
	O governo estimulou a organização da sociedade civil na construção de políticas públicas, mas não tem apoiado efetivamente com recursos públicos a sua implementação

GLOSSÁRIO DE ABREVIACÕES

ANAMA - Ação Nascente do Maquiné
 Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
 DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FUNBIO – Fundo Brasileiro para Biodiversidade
 IA - RBMA - Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
 IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
 IAP – Instituto Ambiental do Paraná
 ICMbio – Instituto Chico Mendes
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IPEMA – Instituto de Permaculta
 MAPA - Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MMA - Ministério do Meio Ambiente
 OCS – Organização de Controle Social
 PCTAF – Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
 PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
 PNPSB - Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PGPMbio – Política de Garantia dos Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade
 PSA – Pagamento de Serviços Ambientais
 RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
 REJU – Rede Juçara
 RENISUS - Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde
 SAF – Sistema Agroflorestal
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
 SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
 SPG – Sistema Participativo de Garantia
 TFCA – Tropical Forest Conservation Act
 UNESCO – União das Nações para a Educação e Cultura



São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:

**Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional**

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Rua do Horto, 931 - Instituto Florestal
São Paulo/ SP - CEP: 02377-000
(11) 2208-6080 e (11) 2208-6084
cnrbma@uol.com.br
www.rbma.org.br

Realização:



Apoio:



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Ministério do
Meio Ambiente

